



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**RECURSO ESPECIAL Nº 1844387 - RS (2019/0314444-3)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE : OXITENO NORDESTE S A INDUSTRIA E COMERCIO E FILIAL(IS)**  
**ADVOGADOS : CARLOS SPINDLER DOS SANTOS - RS057565**  
**TALES SANTOS DA CUNHA - RS103358**  
**RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL**  
**RECORRIDO : SERV BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**  
**RECORRIDO : SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL-SENAI**  
**RECORRIDO : SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA SESI**  
**ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

### **EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. ESTABELECIMENTO FILIAL. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. AUTORIDADE COATORA. JURISDIÇÃO SOBRE O ESTABELECIMENTO MATRIZ. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA. RECURSO CONHECIDO EM PARTE E NÃO PROVIDO.**

### **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por OXITENO S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no qual alega violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015 e do art. 24 do DL n. 4.657/1942, discutindo a legitimidade do delegado da Receita Federal em Porto Alegre, localidade da filial, para o julgamento de mandado de segurança por meio do qual pretende exonerar o estabelecimento filial do recolhimento de contribuição previdenciária sobre diversas rubricas.

Contrarrazões apresentadas pela Fazenda Nacional, nas quais pede, preliminarmente, o não conhecimento do recurso e, no mérito, seu desprovimento (fls. 1.589/1.592).

Recurso admitido na origem.

Parecer do Ministério Público Federal pelo não provimento do recurso.

É o relatório. Passo a decidir.

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC (Enunciado n. 3 do Plenário do STJ).

O recurso especial se origina de mandado de segurança impetrado, em 2015, por Oxiteno Nordeste S/A, englobando matriz e filiais, contra Delegado da Receita Federal de Porto Alegre, objetivando “a exclusão das seguintes parcelas: auxílio-doença, salário maternidade, férias gozadas e respectivo 1/3 constitucional, aviso prévio indenizado, “prêmio assiduidade”, “prêmio veterano” e adicionais de hora extra, periculosidade e noturno das bases de cálculo das contribuições aqui percorridas (“patronal”, destinada ao “SAT/RAT” e as que tem como beneficiário o Sistema “S”)” (fl. 35).

No primeiro grau, o mandado de segurança, inicialmente, havia sido extinto sem resolução de mérito porque o Delegado da Receita indicado como autoridade coatora não teria jurisdição sobre as filiais da impetrante (fls. 1.229/1.232). Todavia, após a atribuição de efeito modificativo a embargos de declaração, superada a questão da legitimidade da autoridade coatora, o mandamus foi concedido, em parte (fls. 1.304/1.313).

Em sede de apelação, o TRF4 cassou a sentença. Vejamos, no que interessa, o que está

consignado no voto condutor (fls. 1.498/1.503):

Pelo que se vê dos autos, a empresa Oxiteno Nordeste Indústria e Comércio S/A (matriz e filiais) impetrou mandado de segurança buscando o reconhecimento da inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre diversas rubricas recolhida pela filial de Triunfo - RS, apontando como autoridade coatora o Delegado da Receita Federal do Brasil em Porto Alegre/RS.

Por outro lado, a autoridade impetrada alegou sua ilegitimidade passiva, visto que a matriz da impetrante possui domicílio fiscal em Camaçari/BA, não possuindo competência para cumprir qualquer medida judicial ou fiscalizatória sobre ela.

Pois bem. Com relação às contribuições previdenciárias, mesmo antes da criação da super-receita (Lei nº 11.457, de 2007), a regra sempre foi o recolhimento e fiscalização através de unidade centralizadora, geralmente a matriz da pessoa jurídica.

De fato, a Orientação de Serviço INSS SAF nº 201.03, de 07-04-1971 já estabelecia que o recolhimento das contribuições previdenciárias das filiais seria centralizado na matriz. No mesmo sentido, a Instrução Normativa Ministério da Previdência Social/Secretaria da Receita Previdenciária nº 03, de 14-07-2005, forte no disposto no art. 1º da Lei nº 11.098, de 13-01-2005, em seu art. 743 dispunha: [...]

O regramento se manteve com a edição da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, que estabeleceu que os contribuintes pessoa jurídica, relativamente às contribuições à seguridade social, têm domicílio tributário centralizado no lugar onde se situa a sua matriz (ou, por opção expressa do contribuinte, outro estabelecimento centralizador), devendo ali serem mantidos todos os documentos necessários à fiscalização integral (art. 489). A referida regulamentação encontra fundamento legal nos artigos 15 e 16 da Lei nº 9.779, de 1999: [...]

Como se vê, embora atualmente os recolhimentos possam ser feitos de forma independente por cada filial (e de fato foram efetuados aqui pela filial de Triunfo-RS), é da matriz a responsabilidade pela apresentação das declarações que serão sujeitas à fiscalização, de modo que somente o Delegado da Receita Federal com jurisdição sobre a unidade matriz é que tem legitimidade para responder pela demanda.

Desse modo, conclui-se que é o Delegado da Receita Federal do Brasil com atuação no local em que estabelecida a matriz da pessoa jurídica - no caso dos autos, Lauro de Freitas/BA (Portaria RFB nº 3.300, de 14 de dezembro de 2017) - parte legítima para figurar no polo passivo de mandado de segurança no qual se discute a cobrança de contribuições previdenciárias relativas à sua filial.

[...]

Ademais, entendimento diverso prestigiaria comportamento contraditório da Administração Tributária, que simultaneamente à exigência de concentração da documentação contábil em um único estabelecimento (em regra a matriz), estaria exigindo o ajuizamento de diversas ações para discussão das respectivas contribuições previdenciárias pela mesma pessoa jurídica, em razão da localização de suas filiais. É certo que nosso ordenamento jurídico privilegia a boa-fé e o dever geral de lealdade e confiança recíproca entre as partes, além de ser muito mais célere e eficiente a concentração de pedidos referentes a mesma pessoa jurídica em um único processo.

Por outro lado, é bem verdade que o Mandado de Segurança nº 0021876-88.2010.401.3300, ajuizado anteriormente pela matriz na Justiça Federal da 1ª Região, foi denegado por ilegitimidade ativa para demandar em relação às contribuições recolhidas pelas filiais, nos seguintes termos:

[...]

Isso, porém, não obriga que aqui seja admitida a demanda, uma vez que somente a decisão de mérito é que produz os efeitos da coisa julgada (Código de Processo Civil, art. 503).

Em conclusão, impõe-se dar provimento à apelação da União para reconhecer a ilegitimidade passiva do Delegado da Receita Federal do Brasil de Porto Alegre/RS, restando prejudicada a apelação da impetrante.

Por ocasião da rejeição dos embargos de declaração, o TRF4 acresceu (fls. 1.536/1.542):

Ademais, ao contrário do que defende a recorrente, antes mesmo da impetração deste mandado de segurança (17-12-2015), o Superior Tribunal de Justiça já possuía entendimento de que o Delegado da Receita Federal do Brasil da jurisdição onde se encontra sediada a matriz da pessoa jurídica é a parte legítima para figurar no polo passivo do mandado de segurança em que se discute a não incidência de contribuições previdenciárias sobre determinadas rubricas.

Pois bem.

Não há violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015 quando o órgão julgador, de forma clara e coerente, externa fundamentação adequada e suficiente à conclusão do acórdão embargado.

De outro lado, o acórdão recorrido está em conformidade com a orientação deste Tribunal Superior:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA JURISDIÇÃO COMPETENTE É A AUTORIDADE COATORA RESPONSÁVEL PELA ARRECADAÇÃO, COBRANÇA E FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO INTERNO DA CONTRIBUINTE A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Trata-se de Mandado de Segurança impetrado contra o titular da Agência da Receita Federal do Brasil de Pedro Leopoldo/MG, com o fim de afastar o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

2. A jurisprudência desta Corte é a de que o Delegado da Receita Federal do Brasil da jurisdição competente é a autoridade coatora responsável pela arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos e contribuições federais (REsp. 1.252.467/DF, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe 29.11.2013). Logo, não há falar em legitimidade passiva do Chefe da Agência da Receita Federal de Pedro Leopoldo.

3. Agravo Interno da Contribuinte a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 573.866/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/03/2019, DJe 26/03/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. POLO PASSIVO. MULTA. CABIMENTO. As Turmas de Direito Público do Superior Tribunal de Justiça firmaram o entendimento de que o Delegado da Receita Federal do Brasil que atua no território onde está sediada a matriz da pessoa jurídica, por ser responsável pela fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos e contribuições federais da empresa, é parte legítima para integrar o polo passivo do mandado de segurança que discute as contribuições previdenciárias referentes às filiais.

Hipótese em que a instância ordinária consignou que é o Delegado da Receita Federal do Brasil em Ribeirão Preto - SP, local onde se situa a matriz da empresa, a parte legítima para figurar no polo passivo de mandado de segurança no qual se discute a cobrança de contribuições previdenciárias relativas às suas filiais.

O recurso manifestamente improcedente atrai a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015, na razão de 1% a 5% do valor atualizado da causa.

Agravo interno desprovido com aplicação de multa.

(AgInt no REsp 1523138/RS, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/06/2016, DJe 08/08/2016)

TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. POLO PASSIVO. LEGITIMIDADE.

1. Esta Corte de Justiça possui entendimento firmado de que o Delegado da Receita Federal do Brasil da jurisdição onde se encontra sediada a matriz da pessoa jurídica, por ser a autoridade responsável pela arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos e contribuições federais, é a parte legítima para figurar no polo passivo de mandado de segurança.

2. No caso dos autos, a instância ordinária consignou que o Delegado da Receita Federal do Brasil em São Paulo/SP, local onde se situa a matriz da empresa, é a parte legítima para figurar no polo passivo de mandado de segurança no qual se discute a cobrança de contribuições previdenciárias relativas às suas filiais.

3. Inaplicabilidade do art. 85, § 11, do CPC/2015 ao presente caso por se tratar de ação mandamental.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1603727/PR, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 19/12/2016)

No mesmo sentido: AgInt no REsp 1487767/RS, Rel. Ministra ASSULETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 01/10/2018; AgInt no REsp 1707018/CE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/04/2018, DJe 11/04/2018.

Ante o exposto, CONHEÇO parcialmente do recurso especial e, nessa parte, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF) 02 de abril de 2020.

Ministro Benedito Gonçalves

Relator